



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

Portaria nº 388/2023

Pregão Eletrônico – nº 90.014/2025

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de rede, e contratação de serviços de instalação.

COMUNICADO 002/2025

Vimos pelo presente informar as alterações, elencadas abaixo, no Termo de Referência – Anexo I. Ressalte-se que, além de novas alterações julgadas necessárias para melhor entendimento dos licitantes, as alterações informadas no Comunicado 001/2025 permanecem válidas e foram incorporadas a este documento.

Assim, em resumo, foram realizadas alterações nos seguintes itens: 1.3.1.3.2, 1.3.1.7.12, 1.3.1.10.17.4.1, 1.3.2.3.2, 1.3.2.7.12, 1.3.4.4, 1.3.6.2, 1.3.6.4, 1.3.8.2 e 1.4.

Solicitamos aos licitantes que leiam com atenção as novas disposições constantes nos itens citados, para que possam apresentar suas propostas de acordo com as especificações.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

Portaria nº 388/2023

Pregão Eletrônico – nº 90.014/2025

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de rede, e contratação de serviços de instalação.

COMUNICADO 001/2025

Vimos pelo presente informar as alterações, elencadas abaixo, no Termo de Referência – Anexo I:

Item 1.3.4.4 (relativo aos Tranceivers de 10GE Base-T):

Onde se lê: velocidade de 1GbE

Leia-se: velocidade de 10GbE

Item 1.3.6.2 (relativo aos Tranceivers de 25GE Base-LR):

Onde se lê: padrão 40GBase-LR

Leia-se: padrão 25GBase-LR

Item 1.3.6.4 (relativo aos Tranceivers de 25GE Base-LR):

Onde se lê: velocidade de 40GbE

Leia-se: velocidade de 25GbE

Curitiba, 24 de setembro de 2025.

Atenciosamente,

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira

ORIENTAÇÃO

Senhores Licitantes/Fornecedores,
Considerando a dificuldade observada na localização dos certames com o advento da Nova Lei de Licitações e Contratos, segue orientação:

- 1) **Buscar o caminho: Serviços do Fornecedor > Dispensa/ Licitação Eletrônica (Novo)**
- 2) **Será aberta a seguinte tela:**

A imagem mostra a interface web do Compras.gov.br. No topo, há uma barra de navegação com o logo 'Compras.gov.br' e informações de usuário. Abaixo, o título 'Compras eletrônicas' é exibido. A interface é dividida em duas abas: 'Minhas participações' e 'Todas as compras'. A aba 'Todas as compras' está selecionada. Abaixo, há uma seção 'Parâmetros de pesquisa' com os seguintes campos:

- Situação:** ☒ Em andamento, ☐ Finalizadas
- Etapa:** ☒ Abertas para participação, ☐ Em disputa, ☐ Em seleção de fornecedores
- Preferências ME/EPP:** ☐
- Modalidade:**
- Critério de julgamento:**
- Unidade compradora:**
- Número da compra:**

Um botão azul 'Pesquisar' está localizado à direita dos campos de busca.

- 3) **Informe a unidade compradora: 070019 e o número da compra, seja ela dispensa ou licitação.**

Lembramos que, caso ainda tenha dificuldade, deverá entrar em contato com o telefone de suporte do Compras.Gov: 0800.978.9001.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

LICITAÇÃO N.º 90.014/2025
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 3.102/2025 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 14/10/2025 às 14:00 HORAS

1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio dos Pregoeiros designados pela Portaria nº 388/2023, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **menor preço do lote**, que será regido pela Lei nº 14.133/21, pelo Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1. No dia **14 (quatorze) de outubro de 2025**, às **14:00 horas**, horário de Brasília – DF, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Compras.gov.br* - <https://www.gov.br/compras>).

1.2. Integram-se a este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada – Anexo II, a minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo III, o Termo de Sigilo e Responsabilidade – Anexo IV, as informações sobre Garantia, Abertura de Chamados e Prazos – Anexo V e a Minuta do Contrato – Anexo VI.**

2. DO OBJETO

2.1. **Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de rede, e contratação de serviços de instalação**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações e condições descritas no **Anexo I – Termo de Referência.**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão participar deste certame as empresas:

a) que estiverem devidamente credenciadas no sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil e no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores);

b) cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

3.1.1. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a participação fica limitada a aquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. Não poderá participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física.

3.4.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.4.3. Entidades empresariais reunidas em consórcio¹.

3.4.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.4.5. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.4.5.1. O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4.6. Aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

¹ Portaria DG TRE-PR 591/2022, art. 8º.

3.4.6.1. A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.4.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do certame, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.4.11. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.11.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.6. O licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.6.1. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.7. O licitante deverá estar inscrito no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site <https://www.gov.br/compras>.

3.7.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de

identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.7.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.8. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.9. Ao participar de processo licitatório, o representante legal do licitante, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto desta contratação, o CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

4. ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS²

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

4.1.1. Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.

4.2. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O valor máximo aceitável unitário para cada item que compõe o lote consta no item 1.1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

4.4.1. As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a contratação.

4.5. A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 1.1.1 do Anexo I – Termo de

² O licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

Referência.

4.6. Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas³ (custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I – Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8. O CNPJ cadastrado no sistema Compras.gov, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.8.1. Caso o licitante vencedor não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.9. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação do serviço descrito neste edital.

4.10. As propostas terão eficácia de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

4.11. A vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.11.1. Em caso de prorrogação da vigência da Ata, conforme disposto no item acima, será admitida a renovação dos quantitativos registrados, em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

4.12. Em razão do descritivo do Sistema Compras.gov (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame e, ainda, devido à limitação dos códigos do SIASG, as propostas deverão atender às especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** deste edital.

4.13. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

4.13.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

³ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/17).

de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.13.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.13.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.13.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.13.5. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, quando organizado em cooperativa.

4.13.6. Quando enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta melhor classificada.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A partir do início da Sessão Pública, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

6.1.1. Os lances serão ofertados pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM, sendo que a desclassificação em qualquer um dos itens implicará a desclassificação da proposta para o respectivo lote.**

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1. O licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores de 1% (um por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários,

quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.3. Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

6.4. Embora a classificação final seja pelo valor total do lote, a disputa será por item e os lances ofertados devem estar dentro do valor estimado constante nesse edital. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do lote, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor valor total do lote.

6.4.1. A contratação posterior de item específico do lote exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

6.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.8. Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

6.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

6.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a Sessão Pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.8.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

6.11. Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

6.12. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

6.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos neste edital;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.13.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas brasileiras;
- b) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.13.2. Permanecendo empate após aplicação dos critérios previstos nos itens 6.13 e 6.13.1, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.3.1. Havendo solicitação de negociação, será encaminhada contraproposta ao fornecedor, que deverá apresentar resposta no período máximo de 30 (trinta) minutos a contar do recebimento da contraproposta.

7.4. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.4.1. Nessas condições, caso haja propostas apresentadas por microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME, EPP ou equiparada, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, e após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.
- b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, se habilitada.
- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, EPP ou cooperativas que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.
- d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

7.4.1.1. Na hipótese de nenhuma empresa classificada (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 7.5 e seguintes.

7.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, contadas da solicitação do(a) pregoeiro(a), incluindo como anexo em campo próprio do sistema a Proposta Detalhada - Anexo II, devidamente adequada ao lance final.

7.5.1. O licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) solicitado(s) no item 7.5 devidamente configurado(s), e em formato para impressão.

7.5.2. O não encaminhamento do documento solicitado ou sua não aprovação ensejará a desclassificação, sendo convocado o licitante classificado em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

7.5.3. O prazo previsto no item 7.5 poderá ser prorrogado por igual período, em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁴.

7.6. O(a) pregoeiro(a) efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO LOTE**.

7.6.1. Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 1.1.1 do Anexo I – Termo de Referência.

7.6.2. Para a aceitação da proposta, o licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais**.

7.7. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.8. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) Não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, desde que se trate de vício insanável;

b) Apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamente inexequíveis.

7.8.1. Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.8.1.1. Será considerado como indício de inexequibilidade valor ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste edital.

7.8.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e item 3 deste edital, especialmente quanto à existência

⁴ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 29, §§ 2º e 3º.

de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, será realizada consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNIA, mantido pelo CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form) em nome do sócio majoritário da empresa licitante.

8.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma inabilitação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.1 e 4.13.6 deste edital.

8.3. A documentação de habilitação consistirá em:

8.3.1. Habilitação jurídica:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI (desde que admitida a sua participação):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.3. Habilitação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, conforme art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.

a.1) Caso a certidão negativa de falência não apresente validade expressa, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta)⁵ dias, contados da data de emissão do documento.

8.3.4. A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3.4.1. A comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo(a) pregoeiro(a), que verificará a validade dos documentos.

8.3.4.2. Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o(a) pregoeiro(a) poderá consultar o documento do licitante vencedor nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

8.3.4.2.1. Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação⁶.

8.3.5. Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

⁵ Conforme Decreto nº 84.702 de 13 de maio de 1980.

⁶ Conforme IN 03/2018 SICAF.

8.3.5.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.6. No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.4. Exigir-se-á dos licitantes as declarações:

- a) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21;
- b) De que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) De que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) De que cumpre as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- e) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

8.4.1. As declarações constantes no item acima serão exigidas no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.13.

8.4.2. O licitante, cuja proposta tenha sido aceita, deverá encaminhar, em até 2 (duas) horas, a partir da solicitação do(a) pregoeiro(a), os documentos que não constem no SICAF e no caso de cooperativas, os documentos exigidos 8.3.6 incluindo-os como anexos no Sistema Compras.Gov.

8.5. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico.

8.6. O prazo previsto nos itens 8.4.2 e 8.5 poderá ser prorrogado por igual período em decorrência de solicitação do licitante, mediante justificativa aceita, ou de ofício, quando o(a) pregoeiro(a) constatar ser insuficiente⁷.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o(a) pregoeiro(a) considerará o licitante inabilitado, o qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

8.9. Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o Cadastro de Reserva, que se refere ao registro:

9.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. No prazo de até 1 (um) dia útil contado da homologação da licitação, os interessados em compor o Cadastro de Reserva deverão enviar e-mail para scon@tre-pr.jus.br, com as seguintes informações:

Empresa:

⁷ Conforme Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que regulamenta o pregão eletrônico, Art. 39, §5º.

CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (que assinará o contrato):
CPF do Representante Legal (que assinará o contrato):
Número da Licitação:
Número do(s) item(ns) para os quais deseja participar do Cadastro de Reserva:
Valor(es) ofertado(s) para cada item, nos termos dos itens 9.1.1 e 9.1.2:

9.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

9.3.1. A apresentação de novas propostas na forma de Cadastro de Reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

9.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aquelas que mantiverem sua proposta original.

9.4. O chamamento dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuado quando houver necessidade de contratação, nas seguintes hipóteses:

9.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;

9.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23;

9.4.3. Quando houver a necessidade de contratação, nos termos do item 9.3, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação dos licitantes, conforme itens 7 e 8 deste edital.

9.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.5.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo I – Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou dos preços registrados, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, nos termos do item 9.

10.8. Poderá ser autorizada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos previstos no Decreto nº 11.462/23, bem como no Anexo III (minuta do Ata de Registro de Preços) deste edital.

11. DA CONSULTA AO CADIN, DOS DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES A SEREM ENTREGUES ANTES E/OU APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁸ E DEMAIS PROVIDÊNCIAS

11.1. Após o encerramento da sessão pública, (o)a Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à

⁸ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

adjudicatária prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a comprovação da regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, a sessão pública será reaberta para convocação dos licitantes remanescentes.

11.2. A Contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, a declaração constante no anexo IV (Termo de Sigilo e Responsabilidade), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

11.2.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa.

11.3. O licitante vencedor deverá, logo após a homologação do certame, realizar o cadastro do representante legal que assinará o contrato, como usuário externo no sistema SEI, através do LINK a seguir: <https://www.tre-pr.jus.br/institucional/sei>

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos, que deverão ser feitos por meio eletrônico (*e-mail* cpl@tre-pr.jus.br), é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

12.2. O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

12.4. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital, por meio eletrônico, pelo *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema Compras.gov pelo(a) pregoeiro(a).

13. DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

13.2. Após a indicação da empresa vencedora pelo(a) pregoeiro(a) e devidamente autorizada pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, procederá à emissão da NOTA DE EMPENHO, para formalizar o contrato pertinente.

13.3. O TRE-PR - SCON convocará a empresa vencedora para assinar o Contrato, concedendo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, sob pena de decair o direito à contratação, independentemente das penalidades cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Conforme disposições constantes na minuta do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

15.1.3. Não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a licitação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento de licitação.

15.1.5. Fraudar a licitação.

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

15.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, com a possível aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

15.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados (as) (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.8 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à multa nos seguintes percentuais:

15.4.1. 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor relativamente a qualquer das infrações previstas nos subitens 15.1.1 e 15.1.2.

15.4.2. 10% (dez por cento) do valor homologado, por qualquer das infrações previstas no subitem 15.1.3.

15.4.3. 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações previstas nos subitens 15.1.4 a 15.1.8.

15.5. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica o licitante vencedor sujeito às penalidades previstas na minuta da Ata de Registro e Preços e na minuta do Contrato (anexas a este edital).

15.6. Poderá ser aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente

justificado;

- c) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.7. Poderá ser aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.8. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

15.9. A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.9.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

15.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.13. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

15.14. A contratada autoriza desde já o desconto de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

15.15. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

15.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.19. As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pelo(a) pregoeiro(a), caberão recursos nos termos do artigo 165 da Lei nº 14.133/21.

16.2. O licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do momento da divulgação do vencedor, desde que manifestada a intenção de recorrer imediatamente após a classificação da proposta ou após a habilitação da empresa vencedora, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

16.2.1. Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

16.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 166 da Lei nº 14.133/21.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O(a) pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos dos artigos 41 e 42 da IN SEGES/ME 73/21.

17.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) pregoeiro(a).

17.6. Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema Compras.gov, considera-se o horário das 12h às 18h.

17.7. No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

17.8. Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender às qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

17.9. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

18. INFORMAÇÕES

18.1. Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital, na *home page* do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (www.tre-pr.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br).

18.2. Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos através dos contatos abaixo:

18.2.1. Comissão de Contratação: pelos telefones (41) 3330-8604, (41) 3330-8495, (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br;

18.2.2. Seção de Elaboração de Editais: pelos telefones (41) 3072-4818, (41) 3072-4796, (41) 3330-8753, (41) 3330-8598 ou e-mail seled@tre-pr.jus.br.

18.3. O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Sandra Mara Kovalski dos Santos
Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de rede, e contratação de serviços de instalação, conforme especificações e condições descritas neste Termo, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.1.1. Quadro sintético:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	SIASG	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
1	1	Switch - Tipo I	unidade	2	618761	R\$ 262.301,00	R\$ 524.602,00
	2	Switch - Tipo II	unidade	8	609690	R\$ 171.832,20	R\$ 1.374.657,60
	3	Transceiver 1 GE Base-T	unidade	12	618350	R\$ 872,70	R\$ 10.472,40
	4	Transceiver 10 GE Base-T	unidade	20	618355	R\$ 2.513,55	R\$ 50.271,00
	5	Transceivers 10GE-Base-LR	unidade	20	618355	R\$ 584,70	R\$ 11.694,00
	6	Transceivers 25GE-Base-LR	unidade	20	624358	R\$ 1.292,10	R\$ 25.842,00
	7	Transceivers 40GE-Base-LR	unidade	20	623822	R\$ 6.210,30	R\$ 124.206,00
	8	Transceivers 100GE-Base-LR	unidade	20	624357	R\$ 9.367,35	R\$ 187.347,00
	9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros	unidade	10	617808	R\$ 1.397,25	R\$ 13.972,50
	10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros	unidade	10	426993	R\$ 2.792,70	R\$ 27.927,00
	11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros	unidade	10	445146	R\$ 1.909,25	R\$ 19.092,50
	12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros	unidade	15	426993	R\$ 5.127,80	R\$ 76.917,00
	13	Software de Gerenciamento	unidade	2	26077	R\$ 741.171,95	R\$ 1.482.343,90
	14	Serviço de Instalação	unidade	1	27111	R\$ 44.163,60	R\$ 44.163,60
Valor total do lote							R\$ 3.973.508,50

1.2. Da adjudicação: A adjudicação será por LOTE ÚNICO.

1.3. Das especificações técnicas.

1.3.1. Item 1 - Switch Tipo I - Core/Agregação

1.3.1.1. Interfaces:

- 1.3.1.1.1. Cada equipamento deve possuir, no mínimo, 32 (trinta e duas) portas 40/100 Gigabit (QSFP/QSFP28) sem bloqueio (non-blocking);
- 1.3.1.1.2. Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45 ou USB-C ou padrão RS-232 (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);
- 1.3.1.1.3. Deve possuir no mínimo 1 (uma) porta Ethernet RJ-45 para administração fora de banda (*out-of-band management*).

1.3.1.2. Dimensões:

- 1.3.1.2.1. Adequado para ser montado em rack padrão de 19 (dezenove) polegadas, incluindo todos os acessórios necessários.
- 1.3.1.2.2. Deve possuir no máximo 1 Rack Unit (RU).

1.3.1.3. Visualização:

- 1.3.1.3.1. Possuir LEDs para a indicação do status das portas;
- 1.3.1.3.2. Possuir LEDs para identificação do switch ou porta a ser acessada, para facilitar a manutenção.

1.3.1.4. Capacidade e Desempenho:

- 1.3.1.4.1. Possuir matriz de comutação com capacidade de, pelo menos, 6400 Gbps (Gigabits por segundo);
- 1.3.1.4.2. Possuir capacidade de processamento de, pelo menos, 1200 Mpps (milhões de pacotes por segundo);
- 1.3.1.4.3. Possuir capacidade de, no mínimo, 82.000 endereços MAC;
- 1.3.1.4.4. Implementar, no mínimo, 4000 (quatro mil) interfaces VLANs (SVIs) simultaneamente, para roteamento nível 3 entre as VLANs configuradas;
- 1.3.1.4.5. Suporte a Jumbo Frames de, no mínimo, 9200 bytes em todas as suas portas;
- 1.3.1.4.6. Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.

1.3.1.5. Fontes de Alimentação:

- 1.3.1.5.1. Possuir fontes de alimentação redundantes simétricas internas ao equipamento, sendo que cada fonte deverá possuir potência suficiente para manter o equipamento em pleno funcionamento em sua capacidade máxima, ou seja, com todas as portas ocupadas;
- 1.3.1.5.2. Possuir fontes de alimentação que operem de 100V a 220V com frequência de 50Hz a 60Hz;
- 1.3.1.5.3. Os cabos de energia deverão ser fornecidos no padrão brasileiro (NBR 14.136);

- 1.3.1.5.4. As fontes e as unidades de ventilação devem ser capazes de serem trocadas com o equipamento em pleno funcionamento, sem nenhum impacto na performance (*hot-swappable*).

1.3.1.6. **Alta Disponibilidade:**

- 1.3.1.6.1. Suportar Non-Stop Forwarding ou Stateful Switchover (NSF ou SSO) ou funcionalidade similar;
- 1.3.1.6.2. Suportar *upgrade de software* em serviço (*In Service Software Upgrade – ISSU*);
- 1.3.1.6.3. Deve ser capaz de formar um virtual switch, com outro SWITCH do mesmo modelo, de forma que os dois possam ser vistos como uma entidade lógica única.
- 1.3.1.6.4. Cada switch deve ser fornecido com fontes e ventiladores redundantes e hot-swappable;
- 1.3.1.6.5. Possuir fontes de alimentação redundantes que operem no modo N+1 ou N+N de forma a garantir o pleno funcionamento do equipamento em sua capacidade máxima, ou seja, com todas as portas ocupadas.

1.3.1.7. **Funcionalidades de Camada 2:**

- 1.3.1.7.1. Implementar *Network Virtualization Overlay Solution Using Ethernet VPN* (EVPN) conforme RFC 8365;
- 1.3.1.7.2. Implementar até 4.000 VLAN IDs simultâneas conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
- 1.3.1.7.3. Deve suportar VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;
- 1.3.1.7.4. Implementar “*VLAN Trunking*” conforme padrão IEEE 802.1Q nas portas Fast Ethernet e Gigabit Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos 802.1Q configurados;
- 1.3.1.7.5. Deve implementar Private VLANs;
- 1.3.1.7.6. Implementar a funcionalidade de “*Link Aggregation*” (LAGs) conforme padrão IEEE 802.3ad, com no mínimo 8 (oito) portas por LAG (IEEE 802.3ad);
- 1.3.1.7.7. Deve implementar o padrão IEEE 802.1d (“*Spanning Tree Protocol*”), IEEE 802.1s (“*Multiple Spanning Tree*”) e IEEE 802.1w (“*Rapid Spanning Tree*”);
- 1.3.1.7.8. Deve implementar no mínimo 64 (sessenta e quatro) múltiplas Instâncias de Spanning Tree;
- 1.3.1.7.9. Implementar mecanismo de proteção da “*root bridge*” do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataques do tipo “*Denial of Service*” no ambiente de camada 2;
- 1.3.1.7.10. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo “*fast forwarding*” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente;
- 1.3.1.7.11. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB *Link Layer Discovery Protocol* (LLDP), permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos;
- 1.3.1.7.12. Deve suportar exportação de fluxos (IPFIX ou Netflow ou Netstream ou sFlow) para análise do tráfego da rede;
- 1.3.1.7.13. Deverá ter contadores de entrada e saída de pacotes por porta;

1.3.1.7.14. Deverá suportar NTP.

1.3.1.8. Funcionalidades de Camada 3:

- 1.3.1.8.1. Possuir roteamento nível 3 entre VLANs;
- 1.3.1.8.2. Suportar roteamento de pacotes IPv4 e IPv6;
- 1.3.1.8.3. Suporte a, pelo menos, 256.000 (duzentos e cinquenta e seis) rotas IPv4 dinâmicas;
- 1.3.1.8.4. Suporte a, pelo menos, 256.000 (duzentos e cinquenta e seis) rotas IPv6 dinâmicas;
- 1.3.1.8.5. Implementar roteamento estático e dinâmico;
- 1.3.1.8.6. Implementar protocolo de roteamento dinâmico OSPF v2 e v3;
- 1.3.1.8.7. Implementar protocolo de roteamento dinâmico IS-IS;
- 1.3.1.8.8. Implementar protocolo de roteamento dinâmico BGPv4;
- 1.3.1.8.9. Deve trabalhar simultaneamente com protocolos IPv4 e IPv6;
- 1.3.1.8.10. Deve implementar recurso que permita a configuração de no mínimo duas redes privadas virtuais (VPNs), onde os endereços IP podem se sobrepor entre as VPNs. Devendo utilizar interfaces de entrada para distinguir rotas para diferentes VPNs e criar tabelas virtuais de encaminhamento de pacotes, associando uma ou mais interfaces de Camada 3 a cada tabela virtual;
- 1.3.1.8.11. Implementar o protocolo IGMP v2, v3;
- 1.3.1.8.12. Implementar o protocolo VRRP (*Virtual Router Redundancy Protocol*);
- 1.3.1.8.13. Implementar roteamento multicast PIM (*Protocol Independent Multicast*) em modo “*sparse-mode*”, PIMv2 e PIM-SSM (*Source-Specific Multicast*);
- 1.3.1.8.14. Implementar *Policy Based Routing*;
- 1.3.1.8.15. IPv6 *Management support* (Telnet, FTP, SNMP, SSH, NTP).

1.3.1.9. Segurança:

- 1.3.1.9.1. Implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IPv4, IPv6 MAC e portas de origem e destino;
- 1.3.1.9.2. Suportar autenticação via RADIUS ou TACACS ou compatível;
- 1.3.1.9.3. Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;
- 1.3.1.9.4. Deverá permitir criação de ACL para VLANs (VACL's);
- 1.3.1.9.5. Deverá permitir criação de ACL para acesso de terminais (VTY) para TELNET e SSH;
- 1.3.1.9.6. Implementar mecanismo de autenticação para acesso local ou remoto ao equipamento baseada em um Servidor de Autenticação/Autorização do tipo RADIUS;
- 1.3.1.9.7. Implementar filtragem de pacotes (ACL - Access Control List), com definições de parâmetros camada 2, 3 e 4;
- 1.3.1.9.8. Permitir visualização das estatísticas de filtragem das listas de controle de acesso aplicadas;
- 1.3.1.9.9. Deve possuir funcionalidade que permita a segmentação da rede em segmentos lógicos com base nas identidades dos usuários, dispositivos e aplicativos;

- 1.3.1.9.10. Proteger a interface de comando do equipamento através de senha;
 - 1.3.1.9.11. Implementar o protocolo SSH V2 para acesso à interface de linha de comando.
 - 1.3.1.9.12. Permitir a criação de listas de acesso baseadas em endereço IP para limitar o acesso ao switch via Telnet e SSH. Deve ser possível definir os endereços IP de origem das sessões Telnet e SSH;
 - 1.3.1.9.13. Implementar mecanismos de AAA (*Authentication, Authorization e Accounting*) com garantia de entrega;
 - 1.3.1.9.14. Implementar a criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha.
 - 1.3.1.9.15. Permitir controlar quais comandos os usuários ou grupos de usuários podem emitir em determinados elementos de rede.
 - 1.3.1.9.16. Possuir suporte a mecanismo de proteção da “Root Bridge” do algoritmo “Spanning-Tree” para defesa contra ataques do tipo “Denial of Service” no ambiente nível 2.
 - 1.3.1.9.17. Possuir suporte à suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta do switch esteja colocada no modo “Fast Forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w).
 - 1.3.1.9.18. Deve implementar IPsec ou o padrão IEEE 802.1AE para autenticação e encriptação MACsec através dos algoritmo 256-bit *Advanced Encryption Standard* (AES) em todas as portas e velocidades.
- 1.3.1.10. Facilidades:**
- 1.3.1.10.1. Implementar Telnet e SSH para acesso à interface de linha de comando.
 - 1.3.1.10.2. Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento via interfaces ethernet;
 - 1.3.1.10.3. Ser configurável e gerenciável via GUI (*graphical user interface*), CLI (*command line interface*), SNMP, Telnet, SSH, HTTP e HTTPS com, no mínimo, 5 sessões simultâneas e independentes.
 - 1.3.1.10.4. Deve permitir a atualização de sistema operacional através do protocolo TFTP ou FTP.
 - 1.3.1.10.5. Deve permitir a transferência segura de arquivos para o equipamento através do protocolo SCP (*Secure Copy*) utilizando um cliente padrão ou SFTP (*Secure FTP*).
 - 1.3.1.10.6. Suportar protocolo SSH para gerenciamento remoto, implementando pelo menos o algoritmo de encriptação de dados 3DES.
 - 1.3.1.10.7. Permitir que a sua configuração seja feita através de terminal assíncrono.
 - 1.3.1.10.8. Permitir a gravação de log externo (*syslog*). Deve ser possível definir o endereço IP de origem dos pacotes *Syslog* gerados pelo switch.
 - 1.3.1.10.9. Permitir o armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação.
 - 1.3.1.10.10. Possuir ferramentas para depuração e gerenciamento em primeiro nível, tais como debug, trace, log de eventos.
 - 1.3.1.10.11. Permitir o espelhamento da totalidade do tráfego de uma porta ou de um grupo de portas para outra porta localizada no mesmo switch ou em outro switch do

mesmo tipo conectado à mesma rede local. Deve ser possível definir o sentido do tráfego a ser espelhado: somente tráfego de entrada, somente tráfego de saída e ambos simultaneamente.

- 1.3.1.10.12. Devem ser suportadas pelo menos duas sessões simultâneas de espelhamento.
- 1.3.1.10.13. Permitir a adição manual de endereços MAC multicast na tabela de comutação, sem restrição à quantidade de portas a serem associadas.
- 1.3.1.10.14. Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.
- 1.3.1.10.15. Deve permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas isoladas e portas compartilhadas (“promíscuas”), onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas compartilhadas (“promíscuas”) de uma dada VLAN.
- 1.3.1.10.16. Deve permitir a criação, remoção, gerenciamento e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.
- 1.3.1.10.17. Deverá suportar funcionalidade que permita responder a pacotes para teste da implementação dos níveis de serviço especificados (SLA). Deverão ser suportadas no mínimo as seguintes operações de teste:
 - 1.3.1.10.17.1. ICMP echo;
 - 1.3.1.10.17.2. TCP connect (em qualquer porta TCP do intervalo 1-50000 que o administrador especifique).
 - 1.3.1.10.17.3. UDP echo (em qualquer porta UDP do intervalo 1-50000 que o administrador especifique).
 - 1.3.1.10.17.4. O switch deve suportar pelo menos 3 (três) destas operações de testes simultaneamente.
 - 1.3.1.10.17.4.1. Deve permitir formar uma arquitetura do tipo SPINE-LEAF, onde o SWITCH deve ter a função de SPINE;
 - 1.3.1.10.17.4.2. Entende-se como arquitetura SPINE-LEAF: Uma topologia de rede de data center que consiste em duas camadas de comutação, uma SPINE e uma LEAF. A camada LEAF consiste em switches que agregam o tráfego dos servidores e se conectam diretamente à espinha dorsal ou ao núcleo da rede. Os switches SPINE interconectam todos os switches LEAF formando uma topologia full mesh.
 - 1.3.1.10.17.4.3. Deve formar um fabric BGP EVPN VXLAN conforme especificado nas RFCs 7348, 7432 e 8365;
- 1.3.1.10.18. Suportar facilidades de programabilidade através de NETCONF/YANG;
- 1.3.1.10.19. Suportar scripts de configuração em Python;
- 1.3.1.11. **Qualidade de Serviço (QoS):**
 - 1.3.1.11.1. Possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p.
 - 1.3.1.11.2. Possuir suporte a uma fila com prioridade estrita (prioridade absoluta em relação às demais classes dentro do limite de banda que lhe foi atribuído) para tratamento do tráfego “real-time” (voz e vídeo).
 - 1.3.1.11.3. Classificação e Reclassificação baseadas em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino.

- 1.3.1.11.4. Classificação, Marcação e Remarcação baseadas em CoS ("Class of Service" - nível 2) e DSCP ("Differentiated Services Code Point" - nível 3), conforme definições do IETF (Internet Engineering Task Force).
- 1.3.1.11.5. Suportar funcionalidades de QoS de "Traffic Shaping" e "Traffic Policing".
- 1.3.1.11.6. Deve ser possível a especificação de banda por classe de serviço.
- 1.3.1.11.7. Para os pacotes que excederem a especificação, deve ser possível configurar ações tais como: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de DSCP, descarte do pacote.
- 1.3.1.11.8. Suportar mapeamento de prioridades nível 2, definidas pelo padrão IEEE 802.1p, em prioridades nível 3 (IETF DSCP – Differentiated Services Code Point definido pela Internet Engineering Task Force) e vice-versa.
- 1.3.1.11.9. Suportar diferenciação de QoS por VLAN.
- 1.3.1.11.10. Suporte aos mecanismos de QoS WRED (Weighted Random Early Detection) ou WTD (Weighted Tail Drop)
- 1.3.1.11.11. Implementar pelo menos oito filas por porta de saída (egress port).

1.3.2. Item 2 - Switch Tipo II - Agregação

1.3.2.1. Interfaces:

- 1.3.2.1.1. Cada equipamento deve possuir, no mínimo, 48 (quarenta e oito) portas 1/10/25 Gigabit Ethernet (SFP/SFP+/SFP28) sem bloqueio (*non-blocking*);
- 1.3.2.1.2. Cada equipamento deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas 40/100 Gigabit Ethernet (QSFP+/QSFP28) para *uplink*;
- 1.3.2.1.3. Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45 ou USB-C ou padrão RS-232 (os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);
- 1.3.2.1.4. Deve possuir no mínimo 1 (uma) porta Ethernet RJ-45 para administração fora de banda (*out-of-band management*).

1.3.2.2. Dimensões:

- 1.3.2.2.1. Permitir ser montado em rack padrão de 19 (dezenove) polegadas, incluindo todos os acessórios necessários.
- 1.3.2.2.2. Deve possuir no máximo 1 Rack Unit (RU).

1.3.2.3. Visualização:

- 1.3.2.3.1. Possuir LEDs para a indicação do status das portas;
- 1.3.2.3.2. Possuir LEDs para identificação do switch ou porta a ser acessada, para facilitar a manutenção.

1.3.2.4. Capacidade e Desempenho:

- 1.3.2.4.1. Possuir matriz de comutação com capacidade de, pelo menos, 3200 Gbps (Gigabits por segundo);
- 1.3.2.4.2. Possuir capacidade de processamento de, pelo menos, 1000 Mpps (milhões de pacotes por segundo);
- 1.3.2.4.3. Possuir capacidade de, no mínimo, 82.000 endereços MAC;

- 1.3.2.4.4. Implementar, no mínimo, 4000 (quatro mil) interfaces VLANs (SVIs) simultaneamente, para roteamento nível 3 entre as VLANs configuradas;
- 1.3.2.4.5. Suporte a Jumbo Frames de, no mínimo, 9200 bytes em todas as suas portas;
- 1.3.2.4.6. Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação.

1.3.2.5. Fontes de Alimentação:

- 1.3.2.5.1. Possuir fontes de alimentação redundantes simétricas internas ao equipamento, sendo que cada fonte deverá possuir potência suficiente para manter o equipamento em pleno funcionamento em sua capacidade máxima, ou seja, com todas as portas ocupadas;
- 1.3.2.5.2. Possuir fontes de alimentação que operem de 100V a 220V com frequência de 50Hz a 60Hz;
- 1.3.2.5.3. Os cabos de energia deverão ser fornecidos no padrão brasileiro (NBR 14.136);
- 1.3.2.5.4. As fontes e as unidades de ventilação devem ser capazes de serem trocadas com o equipamento em pleno funcionamento, sem nenhum impacto na performance (hot-swappable).

1.3.2.6. Alta Disponibilidade:

- 1.3.2.6.1. Suportar Non-Stop Forwarding ou Stateful Switchover (NSF ou SSO) ou funcionalidade similar;
- 1.3.2.6.2. Suportar upgrade de software em serviço (*In Service Software Upgrade – ISSU*);
- 1.3.2.6.3. Deve ser capaz de formar um virtual switch, com outro switch do mesmo modelo, de forma que os dois possam ser vistos como uma entidade lógica única.
- 1.3.2.6.4. Cada switch deve ser fornecido com fontes e ventiladores redundantes e hot-swappable;
- 1.3.2.6.5. Possuir fontes de alimentação redundantes que operem no modo N+1 ou N+N de forma a garantir o pleno funcionamento do equipamento em sua capacidade máxima, ou seja, com todas as portas ocupadas.

1.3.2.7. Funcionalidades de Camada 2:

- 1.3.2.7.1. Implementar Network Virtualization Overlay Solution Using Ethernet VPN (EVPN) conforme RFC 8365;
- 1.3.2.7.2. Implementar até 4.000 VLAN IDs simultâneas conforme definições do padrão IEEE 802.1Q;
- 1.3.2.7.3. Deve suportar VLANs dinâmicas. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q;
- 1.3.2.7.4. Implementar “VLAN Trunking” conforme padrão IEEE 802.1Q nas portas Fast Ethernet e Gigabit Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos 802.1Q configurados;
- 1.3.2.7.5. Deve implementar Private VLANs;
- 1.3.2.7.6. Implementar a funcionalidade de “*Link Aggregation*” (LAGs) conforme padrão IEEE 802.3ad, com no mínimo 8 (oito) portas por LAG (IEEE 802.3ad);
- 1.3.2.7.7. Deve implementar o padrão IEEE 802.1d (“*Spanning Tree Protocol*”), IEEE 802.1s (“*Multiple Spanning Tree*”) e IEEE 802.1w (“*Rapid Spanning Tree*”);

- 1.3.2.7.8. Deve implementar no mínimo 64 (sessenta e quatro) múltiplas Instâncias de *Spanning Tree*;
- 1.3.2.7.9. Implementar mecanismo de proteção da “root bridge” do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataques do tipo “Denial of Service” no ambiente de camada 2;
- 1.3.2.7.10. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta esteja colocada no modo “fast forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente;
- 1.3.2.7.11. Deve implementar o protocolo IEEE 802.1AB *Link Layer Discovery Protocol (LLDP)*, permitindo a descoberta dos elementos de rede vizinhos;
- 1.3.2.7.12. Deve suportar exportação de fluxos (IPFIX ou Netflow ou Netstream ou sFlow) para análise do tráfego da rede;
- 1.3.2.7.13. Deverá ter contadores de entrada e saída de pacotes por porta;
- 1.3.2.7.14. Deverá suportar NTP.

1.3.2.8. **Funcionalidades de Camada 3:**

- 1.3.2.8.1. Possuir roteamento nível 3 entre VLANs;
- 1.3.2.8.2. Suportar roteamento de pacotes IPv4 e IPv6;
- 1.3.2.8.3. Suporte a, pelo menos, 256.000 (duzentos e cinquenta e seis) rotas IPv4 dinâmicas;
- 1.3.2.8.4. Suporte a, pelo menos, 256.000 (duzentos e cinquenta e seis) rotas IPv6 dinâmicas;
- 1.3.2.8.5. Implementar roteamento estático e dinâmico;
- 1.3.2.8.6. Implementar protocolo de roteamento dinâmico OSPF v2 e v3;
- 1.3.2.8.7. Implementar protocolo de roteamento dinâmico IS-IS;
- 1.3.2.8.8. Implementar protocolo de roteamento dinâmico BGPv4;
- 1.3.2.8.9. Deve trabalhar simultaneamente com protocolos IPv4 e IPv6;
- 1.3.2.8.10. Deve implementar recurso que permita a configuração de no mínimo duas redes privadas virtuais (VPNs), onde os endereços IP podem se sobrepor entre as VPNs. Devendo utilizar interfaces de entrada para distinguir rotas para diferentes VPNs e cria tabelas virtuais de encaminhamento de pacotes, associando uma ou mais interfaces de Camada 3 a cada tabela virtual;
- 1.3.2.8.11. Implementar o protocolo IGMP v2, v3;
- 1.3.2.8.12. Implementar o protocolo VRRP (*Virtual Router Redundancy Protocol*);
- 1.3.2.8.13. Implementar roteamento multicast PIM (*Protocol Independent Multicast*) em modo “sparse-mode”, PIMv2 e PIM-SSM (*Source-Specific Multicast*);
- 1.3.2.8.14. Implementar *Policy Based Routing*;
- 1.3.2.8.15. IPv6 *Management support* (Telnet, FTP, SNMP, SSH, NTP).

1.3.2.9. **Segurança:**

- 1.3.2.9.1. Implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IPv4, IPv6 MAC e portas de origem e destino;
- 1.3.2.9.2. Suportar autenticação via RADIUS e TACACS ou compatível;

- 1.3.2.9.3. Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento;
- 1.3.2.9.4. Deverá permitir criação de ACL para VLANs (VACL's);
- 1.3.2.9.5. Deverá permitir criação de ACL para acesso de terminais (VTY) para TELNET e SSH;
- 1.3.2.9.6. Implementar mecanismo de autenticação para acesso local ou remoto ao equipamento baseada em um Servidor de Autenticação/Autorização do tipo RADIUS;
- 1.3.2.9.7. Implementar filtragem de pacotes (ACL - *Access Control List*), com definições de parâmetros camada 2, 3 e 4;
- 1.3.2.9.8. Permitir visualização das estatísticas de filtragem das listas de controle de acesso aplicadas;
- 1.3.2.9.9. Deve possuir funcionalidade que permita a segmentação da rede em segmentos lógicos com base nas identidades dos usuários, dispositivos e aplicativos;
- 1.3.2.9.10. Proteger a interface de comando do equipamento através de senha;
- 1.3.2.9.11. Implementar o protocolo SSH V2 para acesso à interface de linha de comando.
- 1.3.2.9.12. Permitir a criação de listas de acesso baseadas em endereço IP para limitar o acesso ao switch via Telnet e SSH. Deve ser possível definir os endereços IP de origem das sessões Telnet e SSH;
- 1.3.2.9.13. Implementar mecanismos de AAA (*Authentication, Authorization e Accounting*) com garantia de entrega;
- 1.3.2.9.14. Implementar a criptografia de todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha.
- 1.3.2.9.15. Permitir controlar quais comandos os usuários ou grupos de usuários podem emitir em determinados elementos de rede.
- 1.3.2.9.16. Possuir suporte a mecanismo de proteção da "Root Bridge" do algoritmo "Spanning-Tree" para defesa contra ataques do tipo "Denial of Service" no ambiente nível 2.
- 1.3.2.9.17. Possuir suporte à suspensão de recebimento de BPDUs (*Bridge Protocol Data Units*) caso a porta do switch esteja colocada no modo "Fast Forwarding" (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w).
- 1.3.2.9.18. Deve implementar IPSec ou o padrão IEEE 802.1AE para autenticação e encriptação MACSec através dos algoritmo 256-bit *Advanced Encryption Standard (AES)* em todas as portas e velocidades.
- 1.3.2.10. **Facilidades:**
 - 1.3.2.10.1. Implementar Telnet e SSH para acesso à interface de linha de comando.
 - 1.3.2.10.2. Permitir a atualização remota do sistema operacional e arquivos de configuração utilizados no equipamento via interfaces ethernet;
 - 1.3.2.10.3. Ser configurável e gerenciável via GUI (graphical user interface), CLI (*command line interface*), SNMP, Telnet, SSH, HTTP e HTTPS com, no mínimo, 5 sessões simultâneas e independentes.
 - 1.3.2.10.4. Deve permitir a atualização de sistema operacional através do protocolo TFTP ou FTP.

- 1.3.2.10.5. Deve permitir a transferência segura de arquivos para o equipamento através do protocolo SCP (*Secure Copy*) utilizando um cliente padrão ou SFTP (*Secure FTP*).
- 1.3.2.10.6. Suportar protocolo SSH para gerenciamento remoto, implementando pelo menos o algoritmo de encriptação de dados 3DES.
- 1.3.2.10.7. Permitir que a sua configuração seja feita através de terminal assíncrono.
- 1.3.2.10.8. Permitir a gravação de log externo (syslog). Deve ser possível definir o endereço IP de origem dos pacotes Syslog gerados pelo switch.
- 1.3.2.10.9. Permitir o armazenamento de sua configuração em memória não volátil, podendo, numa queda e posterior restabelecimento da alimentação, voltar à operação normalmente na mesma configuração anterior à queda de alimentação.
- 1.3.2.10.10. Possuir ferramentas para depuração e gerenciamento em primeiro nível, tais como debug, trace, log de eventos.
- 1.3.2.10.11. Permitir o espelhamento da totalidade do tráfego de uma porta ou de um grupo de portas para outra porta localizada no mesmo switch ou em outro switch do mesmo tipo conectado à mesma rede local. Deve ser possível definir o sentido do tráfego a ser espelhado: somente tráfego de entrada, somente tráfego de saída e ambos simultaneamente.
- 1.3.2.10.12. Devem ser suportadas pelo menos duas sessões simultâneas de espelhamento.
- 1.3.2.10.13. Permitir a adição manual de endereços MAC *multicast* na tabela de comutação, sem restrição à quantidade de portas a serem associadas.
- 1.3.2.10.14. Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.
- 1.3.2.10.15. Deve permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas isoladas e portas compartilhadas ("promíscuas"), onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas compartilhadas ("promíscuas") de uma dada VLAN.
- 1.3.2.10.16. Deve permitir a criação, remoção, gerenciamento e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.
- 1.3.2.10.17. Deverá suportar funcionalidade que permita responder a pacotes para teste da implementação dos níveis de serviço especificados (SLA). Deverão ser suportadas no mínimo as seguintes operações de teste:
 - 1.3.2.10.17.1. ICMP echo;
 - 1.3.2.10.17.2. TCP connect (em qualquer porta TCP do intervalo 1-50000 que o administrador especifique).
 - 1.3.2.10.17.3. UDP echo (em qualquer porta UDP do intervalo 1-50000 que o administrador especifique).
 - 1.3.2.10.17.4. O switch deve suportar pelo menos 5 (cinco) destas operações de testes simultaneamente.
 - 1.3.2.10.17.4.1. Deve permitir formar uma arquitetura do tipo SPINE-LEAF, onde o SWITCH deve ter a função de LEAF;
 - 1.3.2.10.17.4.2. Entende-se como arquitetura SPINE-LEAF: Uma topologia de rede de data center que consiste em duas camadas de comutação, uma SPINE e uma LEAF. A camada LEAF consiste em switches que agregam o tráfego

dos servidores e se conectam diretamente à espinha dorsal ou ao núcleo da rede. Os switches SPINE interconectam todos os switches LEAF formando uma topologia full mesh.

1.3.2.10.17.4.3. Deve formar um fabric BGP EVPN VXLAN conforme especificado nas RFCs 7348, 7432 e 8365;

1.3.2.10.18. Suportar facilidades de programabilidade através de NETCONF/YANG;

1.3.2.10.19. Suportar scripts de configuração em Python;

1.3.2.11. Qualidade de Serviço (QoS):

1.3.2.11.1. Possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p.

1.3.2.11.2. Possuir suporte a uma fila com prioridade estrita (prioridade absoluta em relação às demais classes dentro do limite de banda que lhe foi atribuído) para tratamento do tráfego “*real-time*” (voz e vídeo).

1.3.2.11.3. Classificação e Reclassificação baseadas em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino.

1.3.2.11.4. Classificação, Marcação e Remarcação baseadas em CoS (“*Class of Service*” - nível 2) e DSCP (“*Differentiated Services Code Point*” - nível 3), conforme definições do IETF (*Internet Engineering Task Force*).

1.3.2.11.5. Suportar funcionalidades de QoS de “*Traffic Shaping*” e “*Traffic Policing*”.

1.3.2.11.6. Deve ser possível a especificação de banda por classe de serviço.

1.3.2.11.7. Para os pacotes que excederem a especificação, deve ser possível configurar ações tais como: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de DSCP, descarte do pacote.

1.3.2.11.8. Suportar mapeamento de prioridades nível 2, definidas pelo padrão IEEE 802.1p, em prioridades nível 3 (*IETF DSCP – Differentiated Services Code Point definido pela Internet Engineering Task Force*) e vice-versa.

1.3.2.11.9. Suportar diferenciação de QoS por VLAN.

1.3.2.11.10. Suporte aos mecanismos de QoS WRED (*Weighted Random Early Detection*) ou WTD (*Weighted Tail Drop*)

1.3.2.11.11. Implementar pelo menos oito filas por porta de saída (*egress port*).

1.3.3. Item 3 - Transceiver 1 GE Base-T

1.3.3.1. Transceiver SFP para conexão de cabos de par trançado;

1.3.3.2. Deve ser compatível com o padrão 1000Base-T;

1.3.3.3. Deve possuir conector RJ-45;

1.3.3.4. Velocidade de 1GbE;

1.3.3.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.4. Item 4 - Transceiver 10 GE Base-T

1.3.4.1. Transceiver SFP+ para conexão de cabos de par trançado;

1.3.4.2. Deve ser compatível com o padrão 10GBase-T;

1.3.4.3. Deve possuir conector RJ-45;

1.3.4.4. Velocidade de 10GbE;

- 1.3.4.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.5. Item 5 - Transceivers 10GE-Base-LR

- 1.3.5.1. Transceiver SFP+ para conexão de fibras ópticas monomodo;
- 1.3.5.2. Deve ser compatível com o padrão 10GBase-LR para fibras ópticas de até 10km;
- 1.3.5.3. Deve possuir conector LC;
- 1.3.5.4. Velocidade de 10GbE;
- 1.3.5.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.6. Item 6 - Transceivers 25GE-Base-LR

- 1.3.6.1. Transceiver QSFP para conexão de fibras ópticas monomodo;
- 1.3.6.2. Deve ser compatível com o padrão 25GBase-LR para fibras ópticas de até 10km;
- 1.3.6.3. Deve possuir conector LC;
- 1.3.6.4. Velocidade de 25GbE;
- 1.3.6.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.7. Item 7 - Transceivers 40GE-Base-LR

- 1.3.7.1. Transceiver QSFP para conexão de fibras ópticas monomodo;
- 1.3.7.2. Deve ser compatível com o padrão 40GBase-LR4 para fibras ópticas de até 10km;
- 1.3.7.3. Deve possuir conector LC;
- 1.3.7.4. Velocidade de 40GbE;
- 1.3.7.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.8. Item 8 - Transceivers 100GE-Base-LR

- 1.3.8.1. Transceiver QSFP para conexão de fibras ópticas monomodo;
- 1.3.8.2. Deve ser compatível com o padrão 100GBase-LR para fibras ópticas de até 10km;
- 1.3.8.3. Deve possuir conector LC;
- 1.3.8.4. Velocidade de 100GbE;
- 1.3.8.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;

1.3.9. Item 9 - Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros

- 1.3.9.1. Deve ter suporte a conexão em SFP+;
- 1.3.9.2. Deve ter porta com velocidade de 10Gbps;
- 1.3.9.3. Deve ter tamanho mínimo de 5 (cinco) metros;
- 1.3.9.4. Deve ter sua constituição como um Conjunto de cabo óptico ativo (AOC) ou cabo de conexão direta (DAC/Twinax) com transceptores embutidos em ambas as extremidades do cabo para conexão entre switches ou roteadores desta solução.

- 1.3.9.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- 1.3.9.6. Os cabos ofertados deverão estar em linha de fabricação e suporte dentro do fabricante. Não serão aceitos cabos que se encontram descontinuados e/ou que receberam previsão de final de venda (EOS – End of Sale) no respectivo sítio da Internet do fabricante;
- 1.3.9.7. Os cabos ofertados deverão ser novos e com embalagem do fabricante. Não serão aceitos cabos vindos de reparos, recondicionados e/ou outra forma que demonstre que tiveram uso anterior.

1.3.10. Item 10 - Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros

- 1.3.10.1. Deve ter suporte a conexão em SFP+;
- 1.3.10.2. Deve ter porta com velocidade de 10Gbps;
- 1.3.10.3. Deve ter tamanho mínimo de 10 (dez) metros;
- 1.3.10.4. Deve ter sua constituição como um Conjunto de cabo óptico ativo (AOC) ou cabo de conexão direta (DAC/Twinax) com transceptores embutidos em ambas as extremidades do cabo para conexão entre switches ou roteadores desta solução.
- 1.3.10.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- 1.3.10.6. Os cabos ofertados deverão estar em linha de fabricação e suporte dentro do fabricante. Não serão aceitos cabos que se encontram descontinuados e/ou que receberam previsão de final de venda (EOS – End of Sale) no respectivo sítio da Internet do fabricante;
- 1.3.10.7. Os cabos ofertados deverão ser novos e com embalagem do fabricante. Não serão aceitos cabos vindos de reparos, recondicionados e/ou outra forma que demonstre que tiveram uso anterior.

1.3.11. Item 11 - Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros

- 1.3.11.1. Deve ter suporte a conexão em QSFP;
- 1.3.11.2. Deve ter porta com velocidade de 40Gbps;
- 1.3.11.3. Deve ter tamanho mínimo de 3 (tres) metros;
- 1.3.11.4. Deve ter sua constituição como um Conjunto de cabo óptico ativo (AOC) ou cabo de conexão direta (DAC/Twinax) com transceptores embutidos em ambas as extremidades do cabo para conexão entre switches ou roteadores desta solução.
- 1.3.11.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- 1.3.11.6. Os cabos ofertados deverão estar em linha de fabricação e suporte dentro do fabricante. Não serão aceitos cabos que se encontram descontinuados e/ou que receberam previsão de final de venda (EOS – End of Sale) no respectivo sítio da Internet do fabricante;
- 1.3.11.7. Os cabos ofertados deverão ser novos e com embalagem do fabricante. Não serão aceitos cabos vindos de reparos, recondicionados e/ou outra forma que demonstre que tiveram uso anterior.

1.3.12. Item 12 - Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros

- 1.3.12.1. Deve ter suporte a conexão em QSFP;
- 1.3.12.2. Deve ter porta com velocidade de 40Gbps;
- 1.3.12.3. Deve ter tamanho mínimo de 10 (dez) metros;
- 1.3.12.4. Deve ter sua constituição como um Conjunto de cabo óptico ativo (AOC) ou cabo

- de conexão direta (DAC/Twinax) com transceptores embutidos em ambas as extremidades do cabo para conexão entre switches ou roteadores desta solução.
- 1.3.12.5. Deve ser compatível com os demais equipamentos ofertados neste certame, e em caso de fabricantes terceiros, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela garantia do mesmo sem ônus adicional à CONTRATANTE;
- 1.3.12.6. Os cabos ofertados deverão estar em linha de fabricação e suporte dentro do fabricante. Não serão aceitos cabos que se encontram descontinuados e/ou que receberam previsão de final de venda (EOS – End of Sale) no respectivo sítio da Internet do fabricante;
- 1.3.12.7. Os cabos ofertados deverão ser novos e com embalagem do fabricante. Não serão aceitos cabos vindos de reparos, recondicionados e/ou outra forma que demonstre que tiveram uso anterior.

1.3.13. Item 13 - Software de Gerenciamento

1.3.13.1. Gerenciamento:

1.3.13.1.1. **Appliance Virtualizado**

- 1.3.13.1.1.1. Deverá ser fornecido em formato de appliance virtual ou em appliance físico dedicado com todos os licenciamentos e suporte do fabricante por 60 meses para gerenciamento, configuração e monitoramento de switches físicos ou virtuais.
- 1.3.13.1.1.1.1. Quando o fornecimento for efetuado por meio de appliance físico dedicado, deverão ser entregues 02 (dois) appliances físicos que deverão trabalhar em alta disponibilidade
- 1.3.13.1.1.2. Deverá ter pré-requisitos de CPU, memória, disco e conectividade suficientes para suportar todas as funcionalidades requeridas neste termo de referência com o funcionamento em máquina virtualizada.
- 1.3.13.1.1.3. Deve ter conectividade redundante com interfaces de no mínimo 10Gbps.
- 1.3.13.1.1.4. A controladora deverá operar de forma independente do plano de dados da rede, não podendo ser um ponto de convergência do fluxo de dados da rede do Data Center.
- 1.3.13.1.1.5. Todas as controladoras devem ser licenciadas a fim de suportar todas as funcionalidades descritas neste documento.

1.3.13.1.2. **Funcionalidades:**

- 1.3.13.1.2.1. Permitir a descoberta de dispositivos na rede e automaticamente incluí-los na lista de dispositivos descobertos. Para otimização de descoberta, deverá permitir filtros com subnet, endereço IP específico e intervalo de endereços IP;
- 1.3.13.1.2.2. Deverá possuir inventário dos dispositivos da rede, com no mínimo as seguintes informações:
- 1.3.13.1.2.2.1. Nome do Dispositivo;
 - 1.3.13.1.2.2.2. Endereço IP;
 - 1.3.13.1.2.2.3. Status do Dispositivo
 - 1.3.13.1.2.2.4. Endereço MAC;
 - 1.3.13.1.2.2.5. Versão de Software;
 - 1.3.13.1.2.2.6. Número Serial;
 - 1.3.13.1.2.2.7. Modelo do dispositivo (Part-number);
 - 1.3.13.1.2.2.8. Tempo que o dispositivo está ativo e operacional;
 - 1.3.13.1.2.2.9. Configuração do dispositivo, com exceção de Pontos de Acesso e Controladoras WiFi;
 - 1.3.13.1.2.2.10. Função do dispositivo na rede;
 - 1.3.13.1.2.2.11. Desconhecida;

- 1.3.13.1.2.2.12. Acesso;
 - 1.3.13.1.2.2.13. Core ou Spine;
 - 1.3.13.1.2.2.14. Distribuição/Agregação;
 - 1.3.13.1.2.2.15. Dispositivo para conexão da Rede Fabric com as demais redes do cliente;
 - 1.3.13.1.2.2.16. Localização Geográfica do dispositivo;
 - 1.3.13.1.2.2.17. Status da última coleta de informações;
 - 1.3.13.1.2.2.18. Gerenciado – Dispositivo está totalmente gerenciado;
 - 1.3.13.1.2.2.19. Falha na coleta total das informações – Algumas informações não foram coletadas do dispositivo, deverá ser possível verificar quais informações não foram coletadas;
 - 1.3.13.1.2.2.20. Inacessível/Indisponível;
 - 1.3.13.1.2.2.21. Credenciais erradas/Inacessível;
 - 1.3.13.1.2.2.22. Em processo/Available.
- 1.3.13.1.2.3. Deverá permitir atualização do sistema operacional dos dispositivos gerenciados, com no mínimo as seguintes funcionalidades:
- 1.3.13.1.2.3.1. Armazenar em sua base de dados todas as imagens dos sistemas operacionais dos dispositivos gerenciados pela solução;
 - 1.3.13.1.2.3.2. Permitir atualização dos sistemas operacionais de dispositivos gerenciados;
 - 1.3.13.1.2.3.3. Permitir a definição de uma versão como sendo a mais adequada para uma família de produtos, e desta maneira simplificar a atualização dos dispositivos para a versão mais indicada,
- 1.3.13.1.2.4. Deverá possuir mapa da topologia da rede com no mínimo as seguintes funcionalidades:
- 1.3.13.1.2.4.1. Elaborar mapa da topologia da rede, automaticamente e baseado nas informações das regras definidas durante o processo de descoberta dos dispositivos ou através da atualização das informações dos dispositivos no inventário.
 - 1.3.13.1.2.4.2. Permitir a visualização da topologia selecionando esta visualização por Área, Site, Prédio ou andar.
 - 1.3.13.1.2.4.3. Permitir a visualização detalhada das informações dos dispositivos apresentados nos mapas;
 - 1.3.13.1.2.4.4. Permitir a visualização das informações dos links;
- 1.3.13.1.2.5. Permitir salvar as alterações efetuadas no layout da topologia;
- 1.3.13.1.2.6. Permitir exportar uma visão completa da topologia para arquivo externo no formato PNG ou JPG ou PDF ou HTML.
- 1.3.13.1.2.7. Deverá possuir funcionalidade para graficamente projetar uma nova infraestrutura de rede hierárquica com no mínimo as seguintes características:
- 1.3.13.1.2.7.1. Topologia física da rede;
 - 1.3.13.1.2.7.2. Parâmetros da Rede;
 - 1.3.13.1.2.7.3. Características dos Dispositivo;
 - 1.3.13.1.2.7.4. Localização geográfica;
 - 1.3.13.1.2.7.5. Sites;
 - 1.3.13.1.2.7.6. Prédios;
 - 1.3.13.1.2.7.7. Áreas;
 - 1.3.13.1.2.7.8. Andares;
- 1.3.13.2. **Automação:**
- 1.3.13.2.1. **Fabric SDN:**
 - 1.3.13.2.1.1. Permitir total automação dos processos de configuração tanto da Rede UNDERLAY com da Rede OVERLAY;
 - 1.3.13.2.2. **Fabric não SDN:**

- 1.3.13.2.2.1. Permitir total automação dos processos de configuração dos dispositivos gerenciados pela plataforma;

1.3.13.3. **Análises:**

- 1.3.13.3.1. Deverá fornecer intuitivamente maneiras para solução de problemas relacionados a rede, aos clientes e as aplicações.
- 1.3.13.3.2. Deverá possuir base de conhecimento interna e coletar dados da rede para isto.
- 1.3.13.3.3. Deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:
 - 1.3.13.3.3.1. Visibilidade Geral:
 - 1.3.13.3.3.1.1. Apresentar através de cores representativas e diferenciadas o resumo da situação rede, com no mínimo os seguintes status:
 - 1.3.13.3.3.1.2. Problemas Críticos;
 - 1.3.13.3.3.1.3. Problemas que necessitam serem verificados;
 - 1.3.13.3.3.1.4. Nenhum problema;
 - 1.3.13.3.3.1.5. Não existem informações coletadas;
 - 1.3.13.3.3.1.6. Apresentar a lista dos 10 maiores problemas;
 - 1.3.13.3.3.1.7. Permitir selecionar visibilidade por sites, lista ou através da topologia da rede;
 - 1.3.13.3.3.1.8. Permitir definir a visibilidade referente as últimas 3 horas, últimas 24 horas e últimos 7 dias.
 - 1.3.13.3.3.2. Visibilidade de Dispositivos e Clientes:
 - 1.3.13.3.3.2.1. Percentual histórico de cada dispositivo de usuário;
 - 1.3.13.3.3.2.2. Identificação proativa de qualquer problema que afete a experiência dos clientes;
 - 1.3.13.3.3.2.3. Gráfico que represente a situação da saúde de conectividade (Data Plane e Control Plane) dos dispositivos;
 - 1.3.13.3.3.2.4. Informações referentes a experiência dos usuários no uso das aplicações.
 - 1.3.13.3.3.2.5. Permitir definir a visibilidade referente as últimas 3 horas, últimas 24 horas e últimos 7 dias.
 - 1.3.13.3.3.3. Permitir retornar ao momento que um problema tenha ocorrido na rede e conseguir verificar no mínimo as seguintes informações:
 - 1.3.13.3.3.3.1. • Histórico dos eventos críticos ocorridos no período do problema;
 - 1.3.13.3.3.3.2. • Todas as alterações ocorridas nos dispositivos dos clientes ou da rede no período do problema.
 - 1.3.13.3.3.4. Possuir base de conhecimento interna capaz de indicar rapidamente ações para remediar problemas e detalhar qual o seu impacto no serviço;
 - 1.3.13.3.3.5. Possibilitar agendamento de testes através de sensores definindo que aplicações e que tipo de teste será executado;
 - 1.3.13.3.3.6. Possibilitar que os dispositivos gerenciados enviem informações de telemetria diretamente a esta plataforma, sem a necessidade de coleta;
 - 1.3.13.3.3.7. Deve possibilitar a visualização do caminho feito por um pacote de dados TCP ou UDP entre dois dispositivos conectados à rede em uma visão de topologia, obtendo dados estatístico de performance dos elementos de rede no caminho, bem como identificando qualquer lista de controle de acesso (ACL) que bloqueie ou afete o fluxo de dados.

1.3.13.4. **Segurança e Políticas:**

- 1.3.13.4.1. Deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:
 - 1.3.13.4.1.1. Deve permitir a criação e aplicação de políticas de controle de acesso à rede baseada em IP;
 - 1.3.13.4.1.2. Deve permitir a criação e aplicação de políticas de controle de acesso à rede baseada em grupos de usuários;

- 1.3.13.4.1.3. Deve permitir a criação e aplicação de políticas de cópia de tráfego, com base em interfaces de origem e destino de um fluxo de dados e definição da interface que receberá a cópia do tráfego;
- 1.3.13.4.1.4. Deve ser capaz de traduzir as políticas em configurações necessárias e aplicá-las automaticamente em diferentes tipos de equipamentos;
- 1.3.13.4.1.5. Deve permitir a criação de redes virtuais para segmentação de rede;

1.3.14. Item 14 - Serviço de Instalação

1.3.14.1. Características Gerais:

- 1.3.14.1.1. Os serviços devem ser executados e planejados por técnicos certificados em gerenciamento de projetos e LAN Switch. Fica a cargo deste órgão a solicitação da comprovação das certificações dos técnicos responsáveis pela realização dos serviços;
- 1.3.14.1.2. O serviço de planejamento, instalação e configuração deverá ser realizado presencialmente nas dependências da contratante, com limite de execução de até 32 (trinta e duas) horas semanais úteis. Será de responsabilidade da contratada todo o planejamento e implementação da topologia de rede e de recursos de segurança. A contratada deve ainda, após a instalação e configuração, monitorar a solução pelo prazo mínimo de 4 (quatro) horas corridas, sendo possível o *troubleshooting* em caso de problemas ou não conformidades na operação. Durante este período deve ser observado e realizado também o ajuste e configurações que porventura não estiverem de acordo com a operação desejada pela contratante.
- 1.3.14.1.3. Ao final da instalação e monitoramento, deverá ser realizado repasse de conhecimento de toda a solução por um período de 4 (quatro) horas corridas;
- 1.3.14.1.4. Os serviços devem ser executados de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, nas unidades da contratante;
- 1.3.14.1.5. A realização dos serviços deve ser planejada de acordo com disponibilidade de ambas as partes, em prazo máximo de 30 dias corridos após a entrega definitiva dos bens ou oficialização da ordem de empenho. O planejamento anterior ao serviço pode ser realizado remotamente através de webconferência ou videoconferência;
- 1.3.14.1.6. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar em um documento tipo SOW (em tradução livre, escopo de trabalho). Neste documento devem conter a relação de produtos; descrição e quantidades de equipamentos e serviços; descrição da infraestrutura atual e desejada; detalhamento dos serviços que serão executados; premissas do projeto; local, horários e condições de execução dos serviços; pontos de contato da contratante e contratada; cronograma faseado do projeto, dividido em etapas, com responsáveis e data e início e fim (se aplicável); relação da documentação a ser entregue ao final da execução dos serviços; responsabilidade da contratante e contratada; plano de gerenciamento de mudanças; itens excluídos no projeto; e termo de aceite. Os serviços não poderão ser iniciados antes da apresentação e assinatura de concordância de ambas as partes;
- 1.3.14.1.7. Ao término dos serviços deve ser criado um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (as-built), etapas de execução e toda informação pertinente a posterior continuidade e manutenção da solução instalada;

1.3.14.2. Escopo do serviço:

- 1.3.14.2.1. Configuração dos equipamentos novos nos locais designados pela contratante;
- 1.3.14.2.2. Atualização de firmware para a última versão estável disponibilizada pelo fabricante dos equipamentos;

- 1.3.14.2.3. Devem ser mapeadas todas as VLANs existentes na infraestrutura da contratante. Após o mapeamento deve ser realizado trabalho crítico sobre as VLANs existentes com a finalidade de melhorias e sugestões conforme as melhores práticas e recomendações de mercado;
 - 1.3.14.2.4. Devem ser criadas VLANs exclusivas para funcionários, usuários visitantes, impressoras, voz, vídeo, CFTV e controle de acesso, gerenciamento dos equipamentos, TI, servidores em produção, testes, DMZ e quantas mais forem necessárias para a operação da rede da contratante;
 - 1.3.14.2.5. Devem ser criadas políticas de acesso entre VLANs, através de listas de controle de acesso (ACL), capaz de garantir que somente o tráfego permitido extrapolará o perímetro das VLANs, aumentando o nível de segurança na rede;
 - 1.3.14.2.6. Devem ser aplicados recursos de segurança para prevenir ataques contra a infraestrutura, incluindo DHCP snooping, dynamics ARP inspection (DAU) e bloqueio de quantidade de endereços MACs aprendidos por porta;
 - 1.3.14.2.7. Deverá ser configurado o protocolo spanning tree (e suas derivações/melhorias) para prevenir qualquer problema com loop na rede. Deve ser elegido o equipamento que será configurado como bridge raiz (e este deverá ter a menor prioridade possível) e as portas dos equipamentos de acesso deverão estar configuradas para permitir a conexão rápida de dispositivos, de modo a não prejudicar a adição de novos dispositivos na rede. Devem ser configurados também as opções loop guard, root guard, bpdu guard e bpdu filter;
 - 1.3.14.2.8. Para comunicação entre os equipamentos deve ser configurada a agregação de múltiplas portas num único link lógico (link aggregation);
 - 1.3.14.2.9. Deverá ser configurado QoS nos equipamentos de rede, dando prioridade para as aplicações mais sensíveis como voz e vídeo. Devem ser marcados os campos CoS e DSCP priorizando estes pacotes dentro da rede. Também deve ser configurado a funcionalidade de voice-vlan, onde automaticamente o equipamento troca a VLAN da porta ao detectar a conexão de um telefone IP;
 - 1.3.14.2.10. Todos os equipamentos devem ser configurados para permitir o gerenciamento através do protocolo SNMPv3 com autenticação e deve permitir o acesso via terminal ssh. O acesso via telnet deve ser desabilitado;
 - 1.3.14.2.11. Deverão ser definidas rotas estáticas ou protocolo de roteamento dinâmico nos equipamentos a fim de enviar todo o tráfego dos usuários a uma rede específica visando o acesso à internet;
 - 1.3.14.2.12. Deve ser entregue relatório contendo todo o serviço realizado executado;
 - 1.3.14.2.13. Deverá ser feita por profissionais devidamente qualificados e certificados pelo fabricante e acompanhada pelos técnicos da contratante;
 - 1.3.14.2.14. Durante toda a implantação do projeto, o técnico da contratada deverá demonstrar aos técnicos da contratante como instalar e configurar os equipamentos e os softwares fornecidos (instalação assistida). Esta demonstração deverá contemplar os conceitos das tecnologias utilizadas pelo equipamento e a operação dos principais recursos dos produtos ofertados.
- 1.4. Os itens 1 e 2 previstos no lote 01 devem ser do mesmo fabricante. Admite-se a utilização de transceivers, cabos DACs e acessórios de terceiros, desde que mantida a compatibilidade destes com os demais componentes durante todo o período de garantia e suporte previsto para a solução.
 - 1.5. Será considerada fabricante a empresa que detém a propriedade intelectual, seus respectivos direitos e a responsabilidade pela qualidade, desempenho e conformidade técnica do produto ofertado, a qual também possui responsabilidade pela sustentação e atualizações da solução.
 - 1.6. A entidade que se limita exclusivamente à montagem e/ou implementação da linha de montagem do produto não será classificada como fabricante para os fins deste processo.
 - 1.7. Não serão aceitos produtos que sejam projetados por terceiros e apenas reembalados ou

rotulados com outra marca. O produto deve ser resultado direto do design do fabricante, sem alterações de marca ou identificação de origem.

- 1.8.** O(s) bem(ns) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.
- 1.9.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.10. Do local e horário de entrega:** a entrega deverá ser realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Rede, nos telefones (41) 3330-8681 ou 3330-8691.
- 1.11. Prazo de entrega do objeto:** a entrega deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.
- 1.12. Enquadramento da contratação para fins de vigência:** O fornecimento objeto desta contratação é caracterizado como **não contínuo**, visto que atenderá à necessidade transitória do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente contratação tem como razão a necessidade de garantir a alta disponibilidade da rede de comunicação de dados que atende à Justiça Eleitoral do Paraná, provendo ambiente tolerante a falhas e com desempenho adequado à crescente demanda, inclusive em períodos eleitorais.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das obrigações da contratada:

- 3.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o objeto que apresentar avarias ou defeitos detectados em qualquer dos atos de recebimento.
- 3.1.4.** Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos bens adquiridos, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 3.1.5.** Respeitar as normas de segurança, controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-PR.
- 3.1.6.** Os produtos deverão ser novos e estarem de acordo com as condições do Termo de

Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.

- 3.1.7. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.
- 3.1.8. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições exigidas para a habilitação.
- 3.1.9. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.10. Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 11.2 do edital e modelo de seu Anexos IV), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
 - 3.1.10.1. O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

3.2. Das obrigações da contratante:

- 3.2.1. Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do TRE/Fórum para a entrega ou execução do contrato.
- 3.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- 3.2.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.2.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens entregues com as especificações constantes no presente Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.2.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 3.2.6. Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto.
- 3.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.2.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.2.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade: Para o fornecimento do material objeto deste Termo de Referência, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Os equipamentos a serem entregues devem estar em conformidade com as diretrizes RoHS (Restriction of Hazardous Substances, ou Restrição de Substâncias Perigosas).

- A avaliação será realizada pelo fiscal e a equipe técnica quando do recebimento dos equipamentos;
- 4.1.2. As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem, preferencialmente, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem;
- 4.1.3. A comprovação das práticas de sustentabilidade indicada no subitem 4.1.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo de Referência.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

- 5.1. Condições de entrega:** Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado no presente Termo de Referência, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. Do recebimento provisório:** os bens serão recebidos de forma sumária, pela Seção de Rede, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.3. Do recebimento técnico:** os bens/materiais serão recebidos tecnicamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela Coordenadoria de Infraestrutura de TI, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.4. Do recebimento definitivo:** Os equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias corridos, contados do recebimento técnico, por comissão específica designada pela Secretaria de Tecnologia da Informação, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.5. Dos bens rejeitados:** Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5.1. A não retirada dos bens rejeitados no prazo acima fixado acarretará a requisição do material em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.
- 5.5.2. O material referido no item anterior será encaminhado para doação, a ser efetuada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.
- 5.6. Garantia do produto, manutenção e assistência técnica:** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.6.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

Caso o prazo fornecido pelo fabricante seja superior, este prevalecerá em relação ao prazo disposto no subitem 5.6.

- 5.6.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.6.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado, conforme detalhamento do anexo V.
- 5.6.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.6.5. Caso o prazo de reparação do produto supere 2 (dois) dias úteis, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.6.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.6.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.6.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.7. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: redes@tre-pr.jus.br.

6. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para este fim.
- 6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 6.5. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.6. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.7. O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.8. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 7.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 7.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 7.4. A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.5. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais;
- 7.6. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto deste contrato, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior.
- 7.7. A CONTRATADA deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato.
- 7.8. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE sempre que necessário para a formalização de demandas ou o

esclarecimento de dúvidas;

- 7.9.** O critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD);
- 7.10.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 7.11.** Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática;
- 7.12.** Sem prejuízo do disposto acima, caso o CONTRATANTE autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a CONTRATADA se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato;
- 7.13.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- 7.14.** Todos os colaboradores da CONTRATADA que vierem a ter acesso à rede de computadores do CONTRATANTE, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade, o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador;
- 7.15.** A CONTRATADA se compromete a isentar o CONTRATANTE de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Contrato e na Lei nº 13.709/2018;
- 7.16.** De acordo com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis;
- 7.17.** O CONTRATANTE tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação;
- 7.18.** Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos:
- 7.18.1.** Na hipótese de verificação por parte do CONTRATANTE, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à CONTRATADA, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- 7.18.2.** Na hipótese de verificação por parte da CONTRATADA, esta obriga-se a cientificar o CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

7.18.3. Em ambos os casos, a CONTRATADA deverá comunicar documentadamente ao CONTRATANTE as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.

7.19. Uma vez terminado este contrato, a CONTRATADA obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o CONTRATANTE de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.

7.19.1. Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de contratar o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO contratar nenhum item.

8.2. Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Rede, por meio do telefone (41) 3330-8681 ou pelo e-mail redes@tre-pr.jus.br.

ANEXO II
PROPOSTA DETALHADA

Empresa:
CNPJ:
Endereço completo (com CEP):
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:
Nome do Representante Legal (*):
CPF do Representante Legal (*):

(*) quem assinará o contrato.

Valores ofertados:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	OBS.	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	Switch - Tipo I				unidade	2		
	2	Switch - Tipo II				unidade	8		
	3	Transceiver 1 GE Base-T				unidade	12		
	4	Transceiver 10 GE Base-T				unidade	20		
	5	Transceivers 10GE-Base-LR				unidade	20		
	6	Transceivers 25GE-Base-LR				unidade	20		
	7	Transceivers 40GE-Base-LR				unidade	20		

	8	Transceivers 100GE-Base-LR				unidade	20		
	9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros				unidade	10		
	10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros				unidade	10		
	11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros				unidade	10		
	12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros				unidade	15		
	13	Software de Gerenciamento				unidade	2		
	14	Serviço de Instalação				unidade	1		
Valor total do lote (soma dos valores totais dos itens 1 ao 14):									



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS - SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2025

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, nos termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 11.462/23 e demais legislações aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90.014/2025 (PAD 3102/2025), **RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor abaixo:**

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
Endereço completo:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO, ITENS REGISTRADOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de rede, e contratação de serviços de instalação**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do **Anexo I** – Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.2. Os quantitativos e itens registrados constam no quadro abaixo:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	1	Switch - Tipo I			unidade	2	
	2	Switch - Tipo II			unidade	8	
	3	Transceiver 1 GE Base-T			unidade	12	
	4	Transceiver 10 GE Base-T			unidade	20	
	5	Transceivers 10GE-Base-LR			unidade	20	
	6	Transceivers 25GE-Base-LR			unidade	20	
	7	Transceivers 40GE-Base-LR			unidade	20	
	8	Transceivers 100GE-Base-LR			unidade	20	
	9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros			unidade	10	
	10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros			unidade	10	
	11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros			unidade	10	
	12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros			unidade	15	
	13	Software de Gerenciamento			unidade	2	
	14	Serviço de Instalação			unidade	1	

1.2.1. A especificação completa do item encontra-se no **Anexo I** – Termo de Referência do Edital.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

1.4. Da contratação dos itens registrados:

1.4.1. Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a

firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

1.4.2. Quando e se houver necessidade da contratação, o TRE-PR notificará o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto, mediante o envio da nota de empenho e, se for o caso, convocação para posterior assinatura do contrato.

1.4.3. Das obrigações do fornecedor:

1.4.3.1. Fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados.

1.4.3.2. Observar e cumprir todas as condições estabelecidas no **Anexo I** – Termo de Referência.

1.4.3.3. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

1.4.3.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador, dentre outras previstas no art. 7º do Decreto nº 11.462/23:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) Remanejar os quantitativos da Ata, observando o disposto no item 10;
- c) Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme disposto no item 6;
- d) Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

- e) Deliberar quanto à adesão posterior de órgão e entidades não participantes, conforme disposto no item 3;
- f) Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no item 3.3, nos termos do item 3.3.1.

3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (ADESÃO)

3.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná somente autorizará a adesão após a aceitação do fornecedor.

3.3. Após a autorização do TRE-PR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

3.3.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, aceita pelo TRE-PR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para

os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.5. Dos limites para as adesões:

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

3.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS DELA DECORRENTES

4.1. Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. No caso de eventual prorrogação da Ata, os quantitativos serão renovados.

4.2. O(s) contrato(s), quando houver, decorrente(s) da ata de registro de preços terá(ão) sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará(ão) no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1. Os instrumentos contratuais de que trata o item 4.2 deverá(ão) ser assinado(s) no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de Registro de Preços

poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/21.

5. DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O controle e o gerenciamento desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos gestores da contratação, formalmente designados, por meio de ferramenta própria disponibilizada pelo Governo Federal (Gestão de Atas), no que se refere a:

- a) Quantitativos e saldos;
- b) Solicitações de adesão;
- c) Remanejamento de quantidades.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Da alteração ou atualização dos preços registrados: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, nos termos do item 6.3.

6.2. Da negociação dos preços registrados:

6.2.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-PR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.2.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.2.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2.2 e no item 6.2.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.2.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

6.3. Do reajuste:

6.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/07/2025.

6.3.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante e exclusivamente para o saldo remanescente da ata de registro de preços, do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação).

7. DAS SANÇÕES

7.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, não celebrar o contrato.

7.2. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo a Lei nº 14.133/2021, com a possível aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência;

- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

7.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. O fornecedor que cometer a infração discriminada no item 7.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

7.5. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, fica a contratada sujeita às penalidades previstas na minuta do contrato.

7.6. Poderá ser aplicada a sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

7.7. Poderá ser aplicada a sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos

no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.8. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

7.9. A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

7.14. A contratada autoriza desde já o desconto de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

7.15. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

7.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.19. As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Do cancelamento do registro do fornecedor: o registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos.

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.5. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.1.6. A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.1.7. No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

8.2. Do cancelamento dos preços registrados: o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.2.1. A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias,

facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

9. DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. O Cadastro de Reserva é formado pelos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, e pelos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.1.1. A listagem dos fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva referente ao presente Registro de Preços consta anexa a esta Ata.

9.2. Poderá haver o chamamento dos fornecedores registrados no Cadastro de Reserva nas seguintes situações:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta Ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo TRE-PR, nos termos do art. 30 § 1º do Decreto nº 11.462/23.

10.2. O TRE-PR poderá realizar o remanejamento para órgão ou entidade não participante, observados os limites previstos no item 3 desta Ata.

10.3. Competirá ao TRE-PR autorizar o remanejamento solicitado.

10.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

11.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam a presente, em formato digital, para um só efeito legal.

Curitiba, _____ de _____ de 2025.

(Assinatura Representante legal)
Nome do Representante Legal:
Cargo:

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral do TRE-PR

ANEXO IV

TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

Declaro que tomei conhecimento das regras estabelecidas na Res. TSE 23.644/21, que instituiu a **Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral**, bem como das demais regras relativas à segurança da informação adotadas ou editadas pelo TRE/PR, publicadas na Intranet.

Comprometo-me a seguir as normas vigentes, as boas práticas associadas à segurança da informação e as determinações oriundas da administração do TRE/PR, assim como a zelar pelo sigilo das informações que me forem confiadas e pela integridade dos sistemas a serem utilizados.

Comprometo-me, em especial, a guardar sigilo acerca dos dados pessoais e dos relativos ao processo eleitoral aos quais tiver acesso em razão do trabalho desenvolvido, não os utilizando para qualquer outro fim que não a consecução da atividade pública, assim como a fazer uso adequado dos recursos tecnológicos que estiverem à minha disposição, sob pena de incorrer nas sanções previstas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (lei 13709/2018) e com a Lei de Acesso à Informação (lei 12527/2011).

Nome Completo	Assinatura
----------------------	-------------------

Cargo ou Função	Empresa (se terceirizado)
------------------------	----------------------------------

Local	Data
--------------	-------------

Este documento deve ser armazenado em meio físico por, no mínimo,
um ano após o desligamento do colaborador.

Termo de Sigilo e Responsabilidade – CGSI - revisado em 21/02/2022

Classificação da informação: DADOS PESSOAIS

Versão 1.11 novembro/2022.

ANEXO V

Informações sobre Garantia, Abertura de Chamados e Prazos

1 REQUISITOS DE GARANTIA

- 1.1 A garantia de funcionamento deverá ser prestada na modalidade “on-site” e nos períodos especificados no quadro abaixo, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante:

Lote	Item	Descrição	Período Garantia
1	1	Switch - Tipo I	5 anos
	2	Switch - Tipo II	5 anos
	3	Transceiver 1 GE Base-T	5 anos
	4	Transceiver 10 GE Base-T	5 anos
	5	Transceivers 10GE-Base-LR	5 anos
	6	Transceivers 25GE-Base-LR	5 anos
	7	Transceivers 40GE-Base-LR	5 anos
	8	Transceivers 100GE-Base-LR	5 anos
	9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros	5 anos
	10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros	5 anos
	11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros	5 anos
	12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros	5 anos
	13	Software de Gerenciamento	5 anos

- 1.2 O local para o atendimento será na sede do TRE-PR (Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR).

2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1 Os equipamentos deverão ser entregues na Seção de Rede do TRE-PR, situada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, em horário agendado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, estando inclusas, no valor contratado, quaisquer despesas com frete e demais tributos inerentes à contratação;
- 2.2 Recebido provisoriamente o objeto, mas constatado qualquer defeito ou imperfeição dos materiais, a Contratada deverá providenciar a sua substituição, sem quaisquer ônus adicionais à proposta;
- 2.3 São de responsabilidade da Contratada todos os encargos e despesas necessárias à perfeita execução/fornecimento do objeto, o qual deverá ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 2.4 O produto fornecido deverá estar coberto por garantia que compreenda os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem ou acondicionamento;

- 2.5 Durante todo o período de cobertura da garantia, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos de acionamento da garantia, pelo menos no horário das oito às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada preferencialmente por e-mail. Será aceita também a disponibilização de canais para abertura de chamados técnicos por meio de ligação gratuita (0800), ligação local em Curitiba, ou portal internet;
- 2.6 Além da central de atendimento, a Contratada deverá fornecer e manter atualizados os dados de contato (telefone e e-mail) de um preposto ou representante, habilitado a prestar informações e resolver questões pertinentes à garantia dos objetos contratados, quando da indisponibilidade da central de atendimento ou eventual incapacidade desta para a solução de demanda de garantia;
- 2.7 Os **prazos máximos para o primeiro atendimento, constatação de defeito ou emissão de parecer e solução de problema** dos chamados de acionamento da garantia são os mostrados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Primeiro atendimento	Constatação de defeito	Solução de problema
1	Switch - Tipo I	6 horas	12 horas	48 horas
2	Switch - Tipo II	6 horas	12 horas	48 horas
3	Transceiver 1 GE Base-T	12 horas	24 horas	72 horas
4	Transceiver 10 GE Base-T	12 horas	24 horas	72 horas
5	Transceivers 10GE-Base-LR	12 horas	24 horas	72 horas
6	Transceivers 25GE-Base-LR	12 horas	24 horas	72 horas
7	Transceivers 40GE-Base-LR	12 horas	24 horas	72 horas
8	Transceivers 100GE-Base-LR	12 horas	24 horas	72 horas
9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros	12 horas	24 horas	72 horas
10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros	12 horas	24 horas	72 horas
11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros	12 horas	24 horas	72 horas
12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros	12 horas	24 horas	72 horas
13	Software de Gerenciamento	12 horas	24 horas	72 horas

- 2.8 **O prazo máximo para constatação de defeito ou emissão de parecer** a respeito do acionamento de garantia, inicia sua contagem a partir do primeiro atendimento;
- 2.9 O **prazo máximo para a solução do problema**, contados a partir da constatação do defeito ou emissão de parecer, incluem a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos;
- 2.10 Em caso de substituição de peças e/ou componentes eletrônicos ou mecânicos, as peças substitutas deverão ter especificações iguais ou superiores às substituídas;
- 2.11 As peças e componentes trocados deverão ser novos – não utilizados ou reconicionados – e homologados pelo fabricante;

- 2.12 Em caso de substituição do produto, o produto em substituição ao defeituoso deverá ter especificações iguais ou superiores ao substituído e ser novo – não utilizado ou recondicionado;
- 2.13 A garantia poderá ser prestada diretamente pela própria Contratada ou por rede credenciada;
- 2.14 O primeiro atendimento dos chamados de acionamento da garantia deverá ser presencial e feito nas dependências do TRE-PR (*on site*) – localizado na Rua João Parolin, 224, Curitiba/PR – junto à Seção de Rede, por representante da Contratada ou serviço de coleta;
- 2.15 Na abertura do chamado de acionamento da garantia, a Contratada deverá fornecer um número de registro único para cada chamado;
- 2.16 Após a conclusão de cada chamado de acionamento da garantia, a Contratada deverá disponibilizar os dados referentes ao fechamento do chamado através de site próprio na internet, ou por e-mail, para que o TRE-PR realize o acompanhamento da evolução dos chamados;
- 2.17 A contratada para o fornecimento dos equipamentos, na qualidade de fabricante, importador, distribuidor ou comerciante, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da aquisição dos equipamentos, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos a disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a lei 12.305/2010, artigo 33, caput, inciso VI e seus parágrafos
- 2.18 No caso de substituição de peças e componentes, a Contratada deverá informar:
- 2.18.1 Data e hora da solicitação da peça, componente ou do novo equipamento;
 - 2.18.2 Data e hora da substituição da peça, componente ou do novo equipamento;
 - 2.18.3 *Part Number* do componente substituído.



RESUMO DO CONTRATO

PAD Nº. 3102/2025

CONTRATO
Nº xx/2025

PREGÃO
Nº xxxxx/2025

O que?

Aquisição de equipamentos de Infraestrutura, Core de Rede e Contratação de serviços de Instalação

Prazo de entrega?

Até 90 dias corridos contados da assinatura do Contrato.
Necessário agendamento: pelo e-mail: redes@tre-pr.jus.br



Onde?

Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do
Paraná



Com quem falar?

Seção de Redes - SREDE



Horário de atendimento

Das 12h às 18h



Contato

Telefone: (41) 3330-8681 ou (41) 3330-8691

E-mail: redes@tre-pr.jus.br



Vigência 12 meses



Valor

R\$ _____

**TRE
PARANÁ****CONTRATO Nº/2025
PAD nº 3102/2025****MINUTA
ANEXO VI****CONTRATO DE FORNECIMENTO E
GARANTIA que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ e a empresa**
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 e legislações pertinentes, e em conformidade com a proposta de preços vencedora do Pregão Eletrônico nº. /2025, sob a forma de Registro de Preços (Ata nº /.....), regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede em, Rua, nº., bairro, CEP:, telefone: (....), e-mail:, neste ato representada por, doravante denominada **CONTRATADA**; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto **o fornecimento e a garantia de equipamentos de infraestrutura – Core de rede e a prestação de serviços de instalação**, item (ns) para atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I) e neste Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital de Licitação, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXXIV, esta contratação será realizada mediante fornecimento com prestação de serviços associados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 - Dos quantitativos (*adequar conforme pedido*):

Lote	Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtd	SIASG
1	1	Switch - Tipo I	unidade	2	618761
	2	Switch - Tipo II	unidade	8	609690
	3	Transceiver 1 GE Base-T	unidade	12	618350
	4	Transceiver 10 GE Base-T	unidade	20	618355
	5	Transceivers 10GE-Base-LR	unidade	20	618355
	6	Transceivers 25GE-Base-LR	unidade	20	624358
	7	Transceivers 40GE-Base-LR	unidade	20	623822
	8	Transceivers 100GE-Base-LR	unidade	20	624357
	9	Cabo de interligação 10G (DAC) 5 metros	unidade	10	617808
	10	Cabo de interligação 10G (DAC) 10 metros	unidade	10	426993
	11	Cabo de interligação 40G (DAC) 3 metros	unidade	10	445146
	12	Cabo de interligação 40G (DAC) 10 metros	unidade	15	426993
	13	Software de Gerenciamento	unidade	2	26077
	14	Serviço de Instalação	unidade	1	27111

2.2 - Dos requisitos técnicos mínimos: os requisitos técnicos mínimos constam do ANEXO I – Termo de Referência.

2.3 - Do local da prestação da garantia: “on-site”, centralizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, conforme Anexo V – Informações sobre Garantia, Abertura de Chamados e Prazos.

2.4 - Do local de entrega e recebimento do objeto pelo TRE/PR:

2.4.1 - Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Rede, nos telefones (41) 3330-8681 ou 3330-8691.

2.4.2 - Do recebimento provisório e recebimento técnico: os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, por servidor lotado na Seção de Rede do TRE/PR e, após, serão recebidos tecnicamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pela Coordenadoria de Infraestrutura de TI, conforme item 5.3 do Termo de Referência.

2.4.3 - Do recebimento definitivo: os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias corridos, contados do recebimento técnico, por comissão específica designada pela Secretaria de Tecnologia da Informação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE, DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1 - Incumbe à CONTRATADA:

3.1.1 - Cumprir fielmente as obrigações e responsabilidades discriminadas no Termo de Referência.

3.1.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

3.1.3 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.2 - Incumbe ao CONTRATANTE:

3.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do edital, Termo de Referência e demais anexos do edital, bem como deste instrumento contratual.

3.2.2 - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

3.2.3 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

3.2.4 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

3.3 - As condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 para ambas as partes estão discriminadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE ENTREGA E GARANTIA

4.1 - Vigência: o presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser extinto antecipadamente nos termos previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Prazo de entrega: o prazo de entrega dos bens é de no máximo **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da assinatura deste contrato.

4.3 - Garantia: a garantia “on site” de funcionamento será pelo período de **60 (sessenta) meses** contados a partir do recebimento definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

4.4 - No prazo de vigência não está computado o prazo de garantia técnica que deverá ser cumprida nos prazos e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência - Anexo I e neste Contrato, independentemente do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho: 2025NE....., emitida em __/__/2025

Elemento de despesa: __.__.__.__

Categoria Econômica: investimento

Código SIASG:

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto deste contrato será de **R\$** (.....), conforme a seguir especificado (adequar conforme pedido):

Item	Descrição	Marca	Modelo	Código SIASG	Qde.	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total							R\$

6.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.2 – Do documento fiscal

6.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail: redes@tre-pr.jus.br, em formato PDF.

6.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

6.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

6.3 – Das condições do pagamento:

6.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

6.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

6.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o

pagamento.

6.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias** após o atestado da nota fiscal pelo Gestor.

6.3.2.3 - Para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 6.3.2.1 e 6.3.2.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

6.3.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

6.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.3.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

6.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.4 - Da regularidade fiscal:

6.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

6.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

7.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento e garantia.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência- anexo I.

8.2 - Quanto ao recebimento do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

8.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

8.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

8.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um processo específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração - SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

9.1.1 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2 - As condutas de natureza LEVE são passíveis de ADVERTÊNCIA e àquelas de maior gravidade aplicam-se as MULTAS, conforme a seguir determinado.

a) ADVERTÊNCIA:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na entrega de documentos necessários;
3	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

b) MULTAS: A sanção de multa será aplicada nos casos previstos pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da Sanção	Descumprimento	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	a) Atraso na entrega do objeto, limitado a 20 (vinte) dias. a.1) Excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto ou item (ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.	0,5% (meio por cento) ao dia, incidindo sobre o valor do item (ns) empenhado(s).
GRAVE	b) fornecimento em desacordo com o solicitado; c) recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresenta quaisquer defeitos. d) não substituição do(s) bem(ns) que estiver(em) em desacordo com as	15% (quinze por cento) sobre o valor do objeto ou total de item (ns) da contratação.

	<p>especificações do Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias da notificação da contratada.</p> <p>e) não comprovar, quando solicitado, o constante no item 1.3.14.1.1 do Termo de Referência (comprovação de certificação dos técnicos responsáveis pela execução do serviço).</p>	
	f) Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018	10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.
GRAVÍSSIMA	<p>g) Inadimplemento total do contrato.</p> <p>h) Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “a.1”.</p>	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

b.1) Multa pelo descumprimento da garantia técnica:

AÇÃO	DESCUMPRIMENTO	Dosimetria e a base de incidência
Resolução de problemas, incluindo substituição de peças, componentes ou de equipamentos	Até 48 (quarenta e oito) horas corridas de atraso	Advertência;
	Superior a 48 (quarenta e oito) horas corridas de atraso	Multa de 1% sobre o valor do equipamento;
	Superior a 96 (noventa e seis) horas corridas de atraso	Multa de 1% sobre o valor do equipamento, acrescida de 1% sobre o valor do equipamento, por hora, a partir da nonagésima sétima hora, incluindo esta;
	Superior a 168 (cento e sessenta e oito) horas corridas de atraso	Multa de 1% sobre o valor do contrato.

Apresentação de relatório de chamados técnicos	Até 2 (dois) dias de atraso	Advertência;
	Superior a 2 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 1% sobre o valor do equipamento;
	Superior a 10 (dez) dias úteis de atraso	Multa de 1% sobre o valor do contrato, acrescido de 1% ao dia;
	Superior a 30 (trinta) dias corridos de atraso	Multa de 2% sobre o valor do contrato, acrescido de 1% ao dia.

9.3 - Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

9.3.1 – Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3.2 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

9.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

9.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

9.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

9.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

9.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

9.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

9.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Ficarão o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11.1 – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

12.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.

Curitiba,de de 2025.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE